RETA FINAL

DELEGADO SÃO PAULO

CADERNO DE REVISÃO QUESTÕES

SEMANA 03

@dedicacaodelta

DEDICAÇÃODELTA
Carreiras Policiais

QUESTÕES

1. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Em relação à teoria do crime, julgue o item abaixo:

Segundo a teoria causal-naturalista, a conduta é tida como um movimento corporal voluntário que produz uma modificação no mundo exterior. Por outro lado, para os finalistas, a ação consiste na atividade humana dirigida a um fim, não se exigindo a ocorrência de um resultado naturalístico.

2. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Em relação à teoria do crime, julgue o item abaixo:

Segundo a teoria causal-naturalista, o tipo penal é formado por elementos objetivos e subjetivos.

3. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Em relação à teoria do crime, julgue o item abaixo:

Para o finalismo a culpabilidade baseia-se na teoria normativa pura, formada por imputabilidade, potencial consciência da ilicitude e exigibilidade de conduta diversa. O dolo e a culpa não fazem parte da culpabilidade.

4. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Em relação à teoria do crime, julgue o item abaixo:

Na concepção finalista o dolo é natural visto que apenas se constitui dos elementos consciência e vontade. Em contrapartida, para os causalistas, o dolo é normativo, sendo composto por consciência, vontade e consciência da ilicitude do fato.

5. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Em relação à teoria do crime, julgue o item abaixo:

É exemplo de crime permanente o sequestro.

6. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Acerca do concurso de pessoas, julgue o item abaixo:

O Código Penal tipifica como crime a conivência. Assim, mesmo que não tenha o dever de evitar o resultado, o agente que não intervém para fazer cessar o delito de que tem conhecimento pratica crime.

7. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Acerca do concurso de pessoas, julgue o item abaixo:

A elementar do crime de peculato se comunica aos coautores e partícipes estranhos ao serviço público.

8. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Acerca do concurso de pessoas, julgue o item abaixo:

Prevalece na doutrina que o Código Penal, no que se refere à participação, adotou a teoria da acessoriedade máxima.

9. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Acerca do concurso de pessoas, julgue o item abaixo:

Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.

10. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Em relação ao concurso de pessoas, julgue o item abaixo:

O concurso de pessoas tem como requisitos a pluralidade de condutas e agentes, a relevância causal das condutas, o liame subjetivo entre os agentes e a identidade do fato.

11. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

A Ação Penal é o instrumento que deflagra a jurisdição e instaura o processo. Acerca das características, princípios e outras peculiaridades da Ação Penal, julgue o item abaixo:

São Princípios comuns à ação penal de iniciativa pública e à de iniciativa privada o Princípio da Inércia da Jurisdição (Ne Procedat Iudex Ex Officio), o Princípio do Ne Bis In Idem Processual e o Princípio da Pessoalidade da Pena ou da Intranscendência.

12. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

A Ação Penal é o instrumento que deflagra a jurisdição e instaura o processo. Acerca das características, princípios e outras peculiaridades da Ação Penal, julgue o item abaixo:

A Condição de Prosseguibilidade ocorre quando o processo já está em andamento e a condição deve ser implementada para que o processo possa seguir o seu curso normal.

13. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

A Ação Penal é o instrumento que deflagra a jurisdição e instaura o processo. Acerca das características, princípios e outras peculiaridades da Ação Penal, julgue o item abaixo:

Na Ação Penal de iniciativa pública, enquanto a Transação Penal excepciona o Princípio da Indisponibilidade, o instituto da Suspensão Condicional do Processo excepciona o Princípio da Obrigatoriedade.

14. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

A Ação Penal é o instrumento que deflagra a jurisdição e instaura o processo. Acerca das características, princípios e outras peculiaridades da Ação Penal, julgue o item abaixo:

A proposição na Queixa-Crime de composição civil apenas para parte dos acusados acarreta a extinção da punibilidade por renúncia, já que representa ato de não intenção de acusar todos os envolvidos no fato criminoso.

15. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Acerca da ação penal e temas correlatos, julgue o item abaixo:

De acordo com o CPP, o prazo para o aditamento da queixa será de 5 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos.

16. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Em relação aos crimes previstos na Lei n. 11.343/06, julgue o item abaixo:

Para a incidir a majorante do art. 40, V, da Lei n. 11.343/06 (... V - caracterizado o tráfico entre Estados da Federação ou entre estes e o Distrito Federal;), não é necessária a efetiva transposição das fronteiras estaduais, bastando apenas demonstrar a inequívoca intenção de realizar o tráfico interestadual, e, se além dela, houver a incidência de outra circunstância majorante elencada no mesmo artigo, é possível a aplicação de acréscimo acima da fração mínima (1/6) com base apenas no número de causas de aumento identificadas.

17. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

De acordo com a Lei n. 11.343/2006 e com o entendimento jurisprudencial acerca do assunto, julgue o item abaixo:

Não se admite-se a aplicação cumulativa, por configurar o bis in idem, das causas de aumento relativas à transnacionalidade e à interestadualidade do delito (incisos I e V do art. 40 da Lei de Drogas), quando evidenciado que a droga oriunda do exterior se destina a mais de um estado da federação, sendo a intenção dos autores distribuir o entorpecente estrangeiro por mais de uma localidade do país

18. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Em relação aos crimes previstos na Lei n. 11.343/06, julgue o item abaixo:

É desproporcional que as condenações anteriores pelo crime do art. 28 da Lei n. 11.343/06 gerem os efeitos da reincidência no julgamento de outros crimes. No entanto, quando cometido no interior de estabelecimento prisional, constitui falta grave.

19. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Em relação aos crimes previstos na Lei n. 11.343/06, julgue o item abaixo:

O agente que atua diretamente na traficância e que também financia ou custeia a aquisição de drogas deve responder pela conduta autônoma prevista no art. 36 da Lei n. 11.343/06, e não pelo crime do art. 33, caput, com a causa de aumento do art. 40, VII (VII - o agente financiar ou custear a prática do crime.). Admite-se a aplicação do princípio da consunção entre os delitos do art. 33, § 1°, e do art. 34, desde que não caracterizada a existência de contextos autônomos e coexistentes, aptos a vulnerar o bem jurídico tutelado de forma distinta.

20. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

A respeito da Lei de Drogas (Lei n.º 11.343/2006), julgue o item abaixo:

A periculosidade do paciente, evidenciada pela acentuada quantidade de droga apreendida e pelo fundado receio de reiteração delitiva é fundamento idôneo para a decretação de prisão cautelar.

21. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Acerca dos sentidos e das concepções de constituição e da posição clássica e majoritária da doutrina constitucionalista, julgue o item abaixo:

Quanto ao modo de elaboração, as constituições populares são caracterizadas por ser uma afirmação vitoriosa ao princípio democrático.

22. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Acerca dos sentidos e das concepções de constituição e da posição clássica e majoritária da doutrina constitucionalista, julgue o item abaixo:

A constituição-garantia se caracteriza por prever metas, objetivos e programas de governo.

23. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Acerca dos sentidos e das concepções de constituição e da posição clássica e majoritária da doutrina constitucionalista, julgue o item abaixo:

Quanto à plasticidade, a constituição pode ser ortodoxa ou eclética.

24. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Acerca dos sentidos e das concepções de constituição e da posição clássica e majoritária da doutrina constitucionalista, julgue o item abaixo:

Não existe diferença entre a constituição no seu sentido formal ou material.

25. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Acerca de Constituição, poder constituinte e princípios fundamentais, julgue o item abaixo:

Embora se reconheça que o Brasil é um Estado democrático de direito, tal afirmação é uma construção doutrinária que não tem previsão constitucional expressa.

26. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

A respeito do Juizado Especial Criminal, julgue o item abaixo:

O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.

27. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Em relação aos institutos despenalizadores previstos na Lei nº 9.099/95, julgue o item abaixo:

Não há tratamento na legislação extravagante da Transação Penal

28. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Em relação aos institutos despenalizadores previstos na Lei nº 9.099/95, julgue o item abaixo:

O título judicial formado pela composição civil dos danos deve ser executado no próprio âmbito do Juizado Especial Criminal, diferentemente da multa aplicada com base na Transação Penal.

29. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Em relação a Lei nº 9.099/95, julgue o item abaixo:

Presentes os demais requisitos que autorizam a suspensão condicional da pena prevista no art. 77 do Código Penal, o acusado que não esteja sendo investigado ou não tenha sido condenado por outro crime, poderá valer-se da suspensão condicional do processo.

30. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Em relação a Lei nº 9.099/95, julgue o item abaixo:

É cabível a suspensão condicional do processo para os crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, desde que abrangidas pela Lei 9.099/95.

31. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, julgue o item abaixo:

A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente ou parcialmente a matéria de que tratava a lei anterior.

32. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, julgue o item abaixo:

As correções a texto de lei já em vigor não se consideram lei nova.

33. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, julgue o item abaixo:

Salvo disposição em contrário, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

34. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, julgue o item abaixo:

Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada à correção, o prazo deste artigo e dos parágrafos anteriores começará a correr da nova publicação.

35. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, julgue o item abaixo:

Pode-se escusar de cumprir a lei, alegando seu não conhecimento.

36. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

De acordo com a legislação de regência e o entendimento dos Tribunais Superiores, julgue o item abaixo:

É inadmissível o restabelecimento do nome de solteiro na hipótese de dissolução do vínculo conjugal pelo falecimento do cônjuge.

37. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

De acordo com a legislação de regência e o entendimento dos Tribunais Superiores, julgue o item abaixo:

Os transgêneros, que assim o desejarem, independentemente da cirurgia de transgenitalização, ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes, possuem o direito à alteração do prenome e do gênero (sexo) diretamente no registro civil.

38. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Acerca dos direitos da personalidade e da capacidade civil, nos termos da jurisprudência do STJ e do Código Civil de 2002, julgue o item abaixo:

Os direitos da personalidade são transmissíveis e renunciáveis.

39. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Acerca dos direitos da personalidade e da capacidade civil, nos termos da jurisprudência do STJ e do Código Civil de 2002, julgue o item abaixo:

O nome da pessoa pode ser livremente empregado por outrem em publicações ou representações, salvo nos casos que a exponham ao desprezo público, ou quando haja intenção difamatória.

40. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

De acordo com a legislação de regência e o entendimento dos Tribunais Superiores, julgue o item abaixo:

São inconstitucionais o art. 28, § 1º e o art. 30 da Lei nº 13.146/2015, que determinam que as escolas privadas ofereçam atendimento educacional adequado e inclusivo às pessoas com deficiência sem que possam cobrar valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas para cumprimento dessa obrigação.

41. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Acerca da disciplina dos bens no CC/02 e considerando a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue o item abaixo:

Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.

42. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Acerca da disciplina dos bens no CC/02 e considerando a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue o item abaixo:

Constitui universalidade de direito o complexo de relações jurídicas, de uma pessoa, dotadas de valor econômico.

43. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Acerca da disciplina dos bens no CC/02 e considerando a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue o item abaixo:

Consideram-se bens móveis os materiais provisoriamente separados de um prédio para nele se reempregarem.

44. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Sobre bens, julgue o item abaixo:

Constitui universalidade de fato o complexo de relações jurídicas, de uma pessoa, dotadas de valor econômico.

45. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Sobre bens, julgue o item abaixo:

São acessórios os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.

46. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

No que concerne à distinção nominativa atribuída aos Direitos Humanos e Fundamentais, julgue o item abaixo:

Direitos humanos fundamentais ou direitos fundamentais são aqueles assegurados dentro de um ordenamento jurídico interno, pelas autoridades político-legislativas de cada nação.

47. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Sobre a teoria geral dos DH, julgue o item abaixo:

Norberto Bobbio é considerado o maior expoente da corrente jusnaturalista de fundamentação dos direitos humanos.

48. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Sobre a teoria geral dos DH, julgue o item abaixo:

A teoria jusnaturalista de fundamentação dos direitos humanos tem o mérito de ser compatível com a ideia de mutabilidade do catálogo de direitos humanos

49. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Sobre a teoria geral dos DH, julgue o item abaixo:

A teoria positivista de fundamentação dos direitos humanos é aceita sem maiores críticas.

50. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Ensina Canotilho que os Direitos humanos desempenham quatro funções fundamentais: função de liberdade, função de prestação social, função de proteção diante de terceiros e função de não discriminação. Com base no exposto, julgue o item abaixo:

A função de prestação social está associada à exigência de providências estatais voltadas à proteção dos titulares de direitos humanos em face da violação perpetrada por terceiros.

COMENTÁRIOS

1. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Em relação à teoria do crime, julgue o item abaixo:

Segundo a teoria causal-naturalista, a conduta é tida como um movimento corporal voluntário que produz uma modificação no mundo exterior. Por outro lado, para os finalistas, a ação consiste na atividade humana dirigida a um fim, não se exigindo a ocorrência de um resultado naturalístico.

COMENTÁRIO
Trata-se do conceito correto de conduta segundo a concepção causal-naturalista e finalista, respectivamente. Na concepção clássica de conduta, tida como mero processo causal destituído de finalidade, ela envolve um movimento corporal voluntário que produz uma modificação no mundo exterior perceptível pelos sentidos. Na concepção finalista, criada por Hans Welzel, a conduta é tida como comportamento humano voluntário psiquicamente dirigido a um fim. **GABARITO: Certo**

2. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Em relação à teoria do crime, julgue o item abaixo:

Segundo a teoria causal-naturalista, o tipo penal é formado por elementos objetivos e subjetivos.

COMENTÁRIO
Para os causalistas o tipo penal é formado **apenas pelo tipo objetivo**, já que os elementos subjetivos do delito se encontram na culpabilidade. Para a teoria causalista, a ação é o movimento corpóreo voluntário que causa modificação no mundo exterior. Assim, a conduta é despida de finalidade, a qual é analisada no elemento culpabilidade A culpabilidade era psicológica, formada pelos elementos subjetivos dolo e culpa, e constituía o vínculo psíquico que ligava o agente ao fato por ele cometido. **GABARITO: Errado**

3. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Em relação à teoria do crime, julgue o item abaixo:

Para o finalismo a culpabilidade baseia-se na teoria normativa pura, formada por imputabilidade, potencial consciência da ilicitude e exigibilidade de conduta diversa. O dolo e a culpa não fazem parte da culpabilidade.

COMENTÁRIO
Para o finalismo, a ação consiste na atividade humana dirigida a um fim. Não há, portanto, necessidade de resultado naturalístico no conceito de ação, de modo que, conceito de ação finalista explica tanto os crimes de resultado material (homicídio) quanto os crimes que se consumam sem resultado material (porte ilegal de arma de fogo) O finalismo adotou a teoria normativa pura da culpabilidade, formada por imputabilidade, potencial consciência da ilicitude e exigibilidade de conduta diversa. O dolo e a culpa não fazem mais parte da culpabilidade, sendo transportados para o fato típico, mais precisamente dentro do substrato da conduta. Tal teoria foi adotada pelo Código Penal Brasileiro. **GABARITO: Certo**

4. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Em relação à teoria do crime, julgue o item abaixo:

Na concepção finalista o dolo é natural visto que apenas se constitui dos elementos consciência e vontade. Em contrapartida, para os causalistas, o dolo é normativo, sendo composto por consciência, vontade e consciência da ilicitude do fato.

COMENTÁRIO
Para a concepção finalista, diz-se que o dolo é natural visto que é formado pelos elementos consciência e vontade. O elemento normativo do dolo (consciência da ilicitude) passa a figurar como elemento da culpabilidade. Tal teoria foi adotada pelo Código Penal Brasileiro. **GABARITO: Certo**

5. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Em relação à teoria do crime, julgue o item abaixo:

É exemplo de crime permanente o sequestro.

COMENTÁRIO
O crime previsto no art. 148 do CP é um exemplo de delito permanente, pois sua conduta se dilata no tempo, enquanto não cessada a atividade criminosa. **GABARITO: Certo**

6. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Acerca do concurso de pessoas, julgue o item abaixo:

O Código Penal tipifica como crime a conivência. Assim, mesmo que não tenha o dever de evitar o resultado, o agente que não intervém para fazer cessar o delito de que tem conhecimento pratica crime.

COMENTÁRIO
A conivência corresponde à participação por omissão, quando o agente não tem o dever de evitar o resultado, nem tampouco aderiu à vontade criminosa do autor. **Não é punível pela lei brasileira**. É o chamado concurso absolutamente negativo. **GABARITO: Errado**

7. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Acerca do concurso de pessoas, julgue o item abaixo:

A elementar do crime de peculato se comunica aos coautores e partícipes estranhos ao serviço público.

COMENTÁRIO
As elementares se comunicam, conforme previsão na CP, sendo exceção em relação as circunstâncias incomunicáveis. Art. 30 - Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime. **GABARITO: Certo**

8. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Acerca do concurso de pessoas, julgue o item abaixo:

Prevalece na doutrina que o Código Penal, no que se refere à participação, adotou a teoria da acessoriedade máxima.

COMENTÁRIO
Na doutrina pátria predomina o entendimento de ter o CP adotado a **teoria da acessoriedade limitada** que exige que o fato principal seja típico e ilícito para que o partícipe possa responder pelo crime. Temos as seguintes teorias da acessoriedade, segundo classificação doutrinária: 1) Teoria da acessoriedade mínima: exige-se somente a prática, pelo autor, de fato típico, para que o partícipe possa ser punido. 2) Teoria da acessoriedade limitada: para que o partícipe seja punido, é necessário que o autor tenha praticado fato típico e ilícito. 3) Teoria da acessoriedade máxima: exige-se a prática de fato típico, ilícito e culpável pelo autor para que o partícipe possa ser punido. 4) Teoria da hiperacessoriedade: só se pune a participação, se for praticado fato típico, ilícito, culpável e punível. **GABARITO: Errado**

9. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Acerca do concurso de pessoas, julgue o item abaixo:

Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.

COMENTÁRIO
Art. 29 - Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade. § 1º - Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço. § 2º - Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave. **GABARITO: Certo**

10. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Em relação ao concurso de pessoas, julgue o item abaixo:

O concurso de pessoas tem como requisitos a pluralidade de condutas e agentes, a relevância causal das condutas, o liame subjetivo entre os agentes e a identidade do fato.

COMENTÁRIO
Para que se caracterize o concurso de pessoas é indispensável a presença de quatro requisitos: (A) Pluralidade de agentes e de condutas: são necessárias duas ou mais pessoas realizando a conduta típica. (B) Relevância causal das condutas: Se algum dos agentes praticar um ato sem eficácia causal, não haverá concurso de pessoas em relação a ele. (C) Liame subjetivo entre os agentes: deve haver a vontade de colaborar para o mesmo crime (homogeneidade de elemento subjetivo). (D) Identidade de infração penal: todos os concorrentes devem contribuir para o mesmo evento. **GABARITO: Certo**

11. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

A Ação Penal é o instrumento que deflagra a jurisdição e instaura o processo. Acerca das características, princípios e outras peculiaridades da Ação Penal, julgue o item abaixo:

São Princípios comuns à ação penal de iniciativa pública e à de iniciativa privada o Princípio da Inércia da Jurisdição (Ne Procedat Iudex Ex Officio), o Princípio do Ne Bis In Idem Processual e o Princípio da Pessoalidade da Pena ou da Intranscendência.

COMENTÁRIO
Princípios Comuns da Ação Penal: **1) Princípio da Inércia da Jurisdição (Ne Procedat Iudex Ex Officio): ao juiz não é permitido dar início a Ação Penal, sem a provocação da parte, com a exceção de ordem de Habeas Corpus e da expedição de Guia de Execução Penal;** **2) Ne Bis In Idem Processual: o réu não pode ser investigado, acusado, julgado e executado por mais de uma vez pelos mesmos fatos tido como criminosos; e** **3) Princípio da Pessoalidade da Pena ou da Intranscendência: a pena não pode passar da pessoa do condenado.**

GABARITO: Certo

12. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

A Ação Penal é o instrumento que deflagra a jurisdição e instaura o processo. Acerca das características, princípios e outras peculiaridades da Ação Penal, julgue o item abaixo:

A Condição de Prosseguibilidade ocorre quando o processo já está em andamento e a condição deve ser implementada para que o processo possa seguir o seu curso normal.

COMENTÁRIO

A Condição de Prosseguibilidade (Condição Superveniente da Ação) ocorre quando o processo já está em andamento e a condição deve ser implementada para que o processo possa seguir o seu curso normal; é uma Condição de Procedibilidade aplicável ao processo em curso (ex.: a representação exigida nas Lesões Corporais Leves e Culposa, nos termos dos artigos 88 e 91 da Lei nº 9.099/95):
Lei nº 9.099/95:
Art. 88. Além das hipóteses do Código Penal e da legislação especial, dependerá de representação a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas;
Art. 91. Nos casos em que esta Lei passa a exigir representação para a propositura da ação penal pública, o ofendido ou seu representante legal será intimado para oferecê-la no prazo de trinta dias, sob pena de decadência).

GABARITO: Certo

13. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

A Ação Penal é o instrumento que deflagra a jurisdição e instaura o processo. Acerca das características, princípios e outras peculiaridades da Ação Penal, julgue o item abaixo:

Na Ação Penal de iniciativa pública, enquanto a Transação Penal excepciona o Princípio da Indisponibilidade, o instituto da Suspensão Condicional do Processo excepciona o Princípio da Obrigatoriedade.

COMENTÁRIO

O Princípio da Obrigatoriedade (Legalidade Processual ou da Ação Penal) determina que, presentes os requisitos legais, o Ministério Público é obrigado a oferecer denúncia visando à deflagração da Ação Penal, ou seja, não há juízo de conveniência e oportunidade para a acusação.
Uma das suas exceções ao princípio é a Transação Penal, prevista na Lei nº 9.099/95 (neste caso, sequer foi oferecida a denúncia).
Já o Princípio da Indisponibilidade ou Indesistibilidade determina que, em decorrência da obrigatoriedade, o Ministério Público não pode dispor da ação penal, uma vez proposta a denúncia, como também não pode dispor do recurso interposto no curso do processo; afinal, a fase de recursos é um desdobramento do direito de ação; o Ministério Público não é obrigado a recorrer, mas se o fizer não poderá desistir.
Uma das suas exceções é o Sursis Processual, previsto na Lei nº 9.099/95 (neste caso, foi oferecida a denúncia).

GABARITO: Errado

14. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

A Ação Penal é o instrumento que deflagra a jurisdição e instaura o processo. Acerca das características, princípios e outras peculiaridades da Ação Penal, julgue o item abaixo:

A proposição na Queixa-Crime de composição civil apenas para parte dos acusados acarreta a extinção da punibilidade por renúncia, já que representa ato de não intenção de acusar todos os envolvidos no fato criminoso.

COMENTÁRIO

Com base no Princípio da Oportunidade e no Princípio da Indivisibilidade da Ação Penal de iniciativa privada, o Superior Tribunal de Justiça entende que a proposição na queixa-crime de composição civil apenas para parte dos acusados gera consequentemente a extinção da punibilidade por renúncia, já que representa ato de não intenção de acusar todos os envolvidos no fato criminoso:
Superior Tribunal de Justiça: "O querelante proponha, na própria queixa-crime, composição civil de danos para parte dos querelados, a peça acusatória deverá ser rejeitada em sua integralidade, isto é, em relação a todos os querelados. Isso porque a composição pelos danos, sendo aceita e homologada judicialmente, implica a renúncia ao direito de queixa, nos termos do disposto no art. 74, parágrafo único, da Lei 9.099/1995, tratando-se a renúncia, expressa ou tácita (art. 104 do CP), de causa extintiva da punibilidade, sendo irretratável (art. 107, V, CP). Por força do princípio da indivisibilidade, a todos se estende a manifestação do intento de não processar parte dos envolvidos, de modo que a renúncia beneficia a todos eles." (HC29.861-SP, julgado em 20/8/2014).

GABARITO: Certo

15. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Acerca da ação penal e temas correlatos, julgue o item abaixo:

De acordo com o CPP, o prazo para o aditamento da queixa será de 5 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos.

COMENTÁRIO

Art. 46, §2º O prazo para o aditamento da queixa será de **3 dias**, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos, e, se este não se pronunciar dentro do tríduo, entender-se-á que não tem o que aditar, prosseguindo-se nos demais termos do processo.

GABARITO: Errado

16. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Em relação aos crimes previstos na Lei n. 11.343/06, julgue o item abaixo:

Para a incidir a majorante do art. 40, V, da Lei n. 11.343/06 (...V - caracterizado o tráfico entre Estados da Federação ou entre estes e o Distrito Federal;), não é necessária a efetiva transposição das fronteiras estaduais, bastando apenas demonstrar a inequívoca intenção de realizar o tráfico interestadual, e, se além dela, houver a incidência de outra circunstância majorante elencada no mesmo artigo, é possível a aplicação de acréscimo acima da fração mínima (1/6) com base apenas no número de causas de aumento identificadas.

COMENTÁRIO

De fato, seja para o tráfico internacional (inciso I do artigo 40), seja para o tráfico interestadual (inciso V do artigo 40), é desnecessária a efetiva transposição de fronteiras, sendo suficiente a prova de destinação internacional das drogas ou a demonstração inequívoca da intenção de realizar o tráfico interestadual.

No entanto, o erro da assertiva encontra-se na segunda parte, porquanto a aplicação das majorantes previstas no art. 40 da Lei de Drogas **exige motivação concreta**, quando estabelecida acima da fração mínima, **não sendo suficiente a mera indicação do número de causas de aumento.**

GABARITO: Errado

17. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

De acordo com a Lei n. 11.343/2006 e com o entendimento jurisprudencial acerca do assunto, julgue o item abaixo:

Não se admite-se a aplicação cumulativa, por configurar o *bis in idem*, das causas de aumento relativas à transnacionalidade e à interestadualidade do delito (incisos I e V do art. 40 da Lei de Drogas), quando evidenciado que a droga oriunda do exterior se destina a mais de um estado da federação, sendo a intenção dos autores distribuir o entorpecente estrangeiro por mais de uma localidade do país.

COMENTÁRIO

O STJ, ao contrário do que dispõe a assertiva, entende ser possível a referida aplicação cumulativa, sem que ocorra bis in idem, desde que presentes as circunstâncias descritas na questão. Confira: "PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. TRANSNACIONALIDADE E INTERESDUALIDADE. APLICAÇÃO CUMULATIVA DAS MAJORANTES. CABIMENTO APENAS QUANDO A DROGA ORIUNDA DO EXTERIOR SE DESTINE AO COMÉRCIO EM MAIS DE UM ESTADO DA FEDERAÇAO. RECONHECIMENTO DE QUE HOUVE MERO TRANSPORTE DO ENTORPECENTE ATÉ O DESTINO. IMPOSSIBILIDADE DA INCIDÊNCIA DA CAUSA DE AUMENTO PREVISTA NO ART. 40, INCISO V, DA LEI N.º 11.343/2006. I – **É cabível a aplicação cumulativa das causas de aumento relativas à transnacionalidade e à interestadualidade do delito, previstas nos incisos I e V do art. 40 da Lei de Drogas, quando evidenciado que a droga proveniente do exterior se destina a mais de um estado da federação, sendo o intuito dos agentes distribuir o entorpecente estrangeiro por mais de uma localidade do país**. Contudo, entendeu o acórdão recorrido não ser esta a hipótese. A droga que se destina à unidade federativa que não seja de fronteira, necessariamente percorrerá mais de um estado. Porém, inexistindo difusão ilícita do entorpecente no caminho e comprovado que toda droga será comercializada em um mesmo estado, de fato, não resta configurado o tráfico interestadual. Precedentes. II – Nessa linha de raciocínio, quando não há difusão ilícita de drogas em mais de uma unidade federativa, o mero transporte de entorpecente por estados fronteiriços até o destino final, como na presente hipótese, é apto a configurar apenas a transnacionalidade do tráfico. Agravo regimental desprovido" (AgRg no REsp 1744207/TO, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 01/08/2018).

GABARITO: Errado

18. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Em relação aos crimes previstos na Lei n. 11.343/06, julgue o item abaixo:

É desproporcional que as condenações anteriores pelo crime do art. 28 da Lei n. 11.343/06 gerem os efeitos da reincidência no julgamento de outros crimes. No entanto, quando cometido no interior de estabelecimento prisional, constitui falta grave.

COMENTÁRIO
A jurisprudência caminhou no seguinte sentido: se as contravenções penais, puníveis com pena de prisão simples, não geram reincidência, mostra-se, portanto, desproporcional que condenação pelo crime do art. 28 da Lei n. 11.343/2006 gerem os efeitos da reincidência, uma vez que sequer constitui pena privativa de liberdade. Outrossim, a posse de substância entorpecente para uso próprio continua sendo um crime doloso e, quando cometido no interior do estabelecimento prisional, configura falta grave, nos termos do art. 52 da Lei de Execução Penal - LEP (Lei n. 7.210/1984). **GABARITO: Certo**

19. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Em relação aos crimes previstos na Lei n. 11.343/06, julgue o item abaixo:

O agente que atua diretamente na traficância e que também financia ou custeia a aquisição de drogas deve responder pela conduta autônoma prevista no art. 36 da Lei n. 11.343/06, e não pelo crime do art. 33, caput, com a causa de aumento do art. 40, VII (VII - o agente financiar ou custear a prática do crime.). Admite-se a aplicação do princípio da consunção entre os delitos do art. 33, § 1°, e do art. 34, desde que não caracterizada a existência de contextos autônomos e coexistentes, aptos a vulnerar o bem jurídico tutelado de forma distinta.

COMENTÁRIO
O agente que atua diretamente na traficância e que também financia ou custeia a aquisição de drogas deve responder pelo **crime previsto no art. 33, caput, da Lei n. 11.343/2006 com a incidência da causa de aumento de pena prevista no art. 40, VII, da Lei n. 11.343/2006**, afastando-se, por conseguinte, a conduta autônoma prevista no art. 36 da referida legislação. De fato, é possível a aplicação do princípio da consunção entre os crimes previstos no § 1º do art. 33 e/ou no art. 34 pelo tipificado no caput do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, desde que não caracterizada a

existência de contextos autônomos e coexistentes, aptos a vulnerar o bem jurídico tutelado de forma distinta.

GABARITO: Errado

20. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

A respeito da Lei de Drogas (Lei n.º 11.343/2006), julgue o item abaixo:

A periculosidade do paciente, evidenciada pela acentuada quantidade de droga apreendida e pelo fundado receio de reiteração delitiva é fundamento idôneo para a decretação de prisão cautelar.

COMENTÁRIO

A periculosidade do paciente, evidenciada pela acentuada quantidade de droga apreendida e pelo fundado receio de reiteração delitiva é fundamento idôneo para a decretação de prisão cautelar (STF, RHC 193153 AgR/SP, DJe 28/01/2021).

GABARITO: Certo

21. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Acerca dos sentidos e das concepções de constituição e da posição clássica e majoritária da doutrina constitucionalista, julgue o item abaixo:

Quanto ao modo de elaboração, as constituições populares são caracterizadas por ser uma afirmação vitoriosa ao princípio democrático.

COMENTÁRIO

As constituições democráticas/populares/promulgadas pertencem a **classificação relacionada à origem**, ou seja, as forças responsáveis pelo surgimento da constituição e não quanto ao modo de elaboração.

CUIDADO: Além de saber as espécies de classificação, definição e distinção entre elas, é preciso saber os critérios de classificação, pois as bancas, com frequência, apresentam a espécie e definição corretas, mas atribuindo classificação errônea (tal como na assertiva). Também é preciso saber a classificação da CF 88 conforme os diferentes critérios.

GABARITO: Errado

22. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Acerca dos sentidos e das concepções de constituição e da posição clássica e majoritária da doutrina constitucionalista, julgue o item abaixo:

A constituição-garantia se caracteriza por prever metas, objetivos e programas de governo.

COMENTÁRIO
A constituição-garantia é caracterizada como um simples instrumento de governo responsável pela definição de competências e regulação de processos (Canotilho, 1994). **A constituição programática é que se caracteriza por conter definidoras de tarefas, programas de ação a serem concretizadas pelos poderes públicos.** **GABARITO: Errado**

23. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Acerca dos sentidos e das concepções de constituição e da posição clássica e majoritária da doutrina constitucionalista, julgue o item abaixo:

Quanto à plasticidade, a constituição pode ser ortodoxa ou eclética.

COMENTÁRIO
A plasticidade da constituição está relacionada à sua estabilidade, portanto é aferida com base na complexidade dos processos de sua alteração em comparação ao processo legislativo ordinário. Ela pode ser: imutável, fixa, rígida, super-rígida, semirrígida ou flexível. **A classificação presente na alternativa se refere ao conteúdo ideológico (quanto à dogmática).** **GABARITO: Errado**

24. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Acerca dos sentidos e das concepções de constituição e da posição clássica e majoritária da doutrina constitucionalista, julgue o item abaixo:

Não existe diferença entre a constituição no seu sentido formal ou material.

COMENTÁRIO
A constituição em sentido material é identificada por consagrar um conjunto de normas estruturantes de uma sociedade política, ou seja, disciplinam matérias típicas de Estado. Enquanto a constituição formal é um conjunto de normas formalizado de modo diverso do processo legislativo ordinário. Logo, há clara distinção entre o sentido formal e o sentido material de constituição. **GABARITO: Errado**

25. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Acerca de Constituição, poder constituinte e princípios fundamentais, julgue o item abaixo:

Embora se reconheça que o Brasil é um Estado democrático de direito, tal afirmação é uma construção doutrinária que não tem previsão constitucional expressa.

COMENTÁRIO
Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos. **GABARITO: Errado**

26. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

A respeito do Juizado Especial Criminal, julgue o item abaixo:

O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.

COMENTÁRIO
Literalidade do art. 62 da Lei 9.099/95.

Art. 62. O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.

GABARITO: Certo

27. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Em relação aos institutos despenalizadores previstos na Lei nº 9.099/95, julgue o item abaixo:

Não há tratamento na legislação extravagante da Transação Penal.

COMENTÁRIO

O instituto da Transação Penal não se limita à Lei nº 9.099/95. Há na legislação especial diversas remissões, com tratamento específico ao instituto, podendo ser citadas a Lei de Crimes Ambientais, a Lei de Drogas, bem como o Estatuto do Torcedor.

Previsões Especiais:
1) **Crimes de Porte de Drogas para Uso Pessoal e Assemelhados (Lei de Drogas):** há previsão específica para a aplicação imediata das penas principais – i) advertência sobre os efeitos das drogas; ii) prestação de serviços à comunidade; e iii) medida educativa de comparecimento à programa ou curso educativo.
2) **Crimes de "Violência em Estádios" (Estatuto do Torcedor):** há previsão específica para a aplicação imediata de pena alternativa – i) pena impeditiva de comparecimento às proximidades do estádio, bem como a qualquer local em que se realize evento esportivo, pelo prazo de 3 meses a 3 anos.
3) **Lei de Crimes Ambientais**: há a previsão de um requisito especial relacionado à exigência de prévia composição do dano ambiental, salvo comprovada impossibilidade - Transação Penal Especial ou Qualificada.

GABARITO: Errado

28. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Em relação aos institutos despenalizadores previstos na Lei nº 9.099/95, julgue o item abaixo:

O título judicial formado pela composição civil dos danos deve ser executado no próprio âmbito do Juizado Especial Criminal, diferentemente da multa aplicada com base na Transação Penal.

COMENTÁRIO
O tratamento dado pela Lei nº 9.099/95 é diverso. No que tange o título judicial formado pela composição civil dos danos, a sua execução deve ser feita no âmbito cível: Art. 74. A **composição dos danos civis** será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia de título a ser **executado no juízo civil competente.** Já em relação às multas aplicadas na Transação Penal, deve o interessado promover uma ação de conhecimento perante o juízo cível: Art. 76. [...] § 4º Acolhendo a **proposta do Ministério Público** aceita pelo autor da infração, o Juiz aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, que não importará em reincidência, sendo registrada apenas para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de cinco anos. § 6º A imposição da sanção de que trata o § 4º deste artigo não constará de certidão de antecedentes criminais, salvo para os fins previstos no mesmo dispositivo, e não terá efeitos civis, cabendo aos interessados **propor ação cabível no juízo cível**. **GABARITO: Errado**

29. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Em relação a Lei nº 9.099/95, julgue o item abaixo:

Presentes os demais requisitos que autorizam a suspensão condicional da pena prevista no art. 77 do Código Penal, o acusado que não esteja sendo investigado ou não tenha sido condenado por outro crime, poderá valer-se da suspensão condicional do processo.

COMENTÁRIO
Mesmo que existam investigações em curso é possível a utilização da suspensão condicional do processo, mas se existirem processos o benefício não é aplicável. Senão vejamos: Art. 89. Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado **não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro**

crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal).

GABARITO: Errado

30. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Em relação a Lei nº 9.099/95, julgue o item abaixo:

É cabível a suspensão condicional do processo para os crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, desde que abrangidas pela Lei 9.099/95.

COMENTÁRIO

A alternativa é respondida com a leitura atenta do caput do art. 89, da lei 9.099/95:

Art. 89. Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, **abrangidas ou não por esta lei,** o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal).

GABARITO: Errado

31. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, julgue o item abaixo:

A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente ou parcialmente a matéria de que tratava a lei anterior.

COMENTÁRIO

LINDB. Art. 2º, § 1o A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule **inteiramente** a matéria de que tratava a lei anterior.

GABARITO: Errado

32. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, julgue o item abaixo:

As correções a texto de lei já em vigor não se consideram lei nova.

COMENTÁRIO
LINDB. Art. 1º, § 4º As correções a texto de lei já em vigor **consideram-se lei nova**. **GABARITO: Errado**

33. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, julgue o item abaixo:

Salvo disposição em contrário, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

COMENTÁRIO
LINDB. Art. 2º, § 3º Salvo disposição em contrário, a lei revogada **não** se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência. **GABARITO: Errado**

34. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, julgue o item abaixo:

Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada à correção, o prazo deste artigo e dos parágrafos anteriores começará a correr da nova publicação.

COMENTÁRIO
LINDB. Art. 1º, § 3o Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo deste artigo e dos parágrafos anteriores começará a correr da nova publicação. **GABARITO: Certo**

35. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, julgue o item abaixo:

Pode-se escusar de cumprir a lei, alegando seu não conhecimento.

COMENTÁRIO
LINDB. Art. 3º **Ninguém se escusa** de cumprir a lei, alegando que não a conhece. **GABARITO: Errado**

36. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

De acordo com a legislação de regência e o entendimento dos Tribunais Superiores, julgue o item abaixo:

É inadmissível o restabelecimento do nome de solteiro na hipótese de dissolução do vínculo conjugal pelo falecimento do cônjuge.

COMENTÁRIO
É admissível o restabelecimento do nome de solteiro na hipótese de dissolução do vínculo conjugal pelo falecimento do cônjuge. Vale ressaltar que não há previsão legal para a retomada do nome de solteira em caso de morte do marido. A lei somente prevê a possibilidade de o homem ou a mulher voltarem a usar o nome de solteiro (a) em caso de divórcio (art. 1.571, § 2º, do CC). Apesar disso, o STJ entende que isso deve ser permitido. A viuvez e o divórcio são hipóteses muito parecidas e envolvem uma mesma razão de ser: a dissolução do vínculo conjugal. Logo, não há justificativa plausível para que se trate de modo diferenciado as referidas situações. STJ. 3ª Turma. REsp 1724718-MG, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 22/05/2018 (Info 627). **GABARITO: Errado**

37. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

De acordo com a legislação de regência e o entendimento dos Tribunais Superiores, julgue o item abaixo:

Os transgêneros, que assim o desejarem, independentemente da cirurgia de transgenitalização, ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes, possuem o direito à alteração do prenome e do gênero (sexo) diretamente no registro civil.

COMENTÁRIO

Os transgêneros, que assim o desejarem, independentemente da cirurgia de transgenitalização, ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes, possuem o direito à alteração do prenome e do gênero (sexo) diretamente no registro civil. STF. Plenário. ADI 4275/DF, rel. orig. Min. Marco Aurélio, red. p/ o acórdão Min. Edson Fachin, julgado em 28/2 e 1º/3/2018 (Info 892).

GABARITO: Certo

38. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Acerca dos direitos da personalidade e da capacidade civil, nos termos da jurisprudência do STJ e do Código Civil de 2002, julgue o item abaixo:

Os direitos da personalidade são transmissíveis e renunciáveis.

COMENTÁRIO

Art. 11 do CC. Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são **intransmissíveis e irrenunciáveis**, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

GABARITO: Errado

39. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Acerca dos direitos da personalidade e da capacidade civil, nos termos da jurisprudência do STJ e do Código Civil de 2002, julgue o item abaixo:

O nome da pessoa pode ser livremente empregado por outrem em publicações ou representações, salvo nos casos que a exponham ao desprezo público, ou quando haja intenção difamatória.

COMENTÁRIO

Art. 17 do CC. O nome da pessoa **não pode** ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.

GABARITO: Errado

40. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

De acordo com a legislação de regência e o entendimento dos Tribunais Superiores, julgue o item abaixo:

São inconstitucionais o art. 28, § 1º e o art. 30 da Lei nº 13.146/2015, que determinam que as escolas privadas ofereçam atendimento educacional adequado e inclusivo às pessoas com deficiência sem que possam cobrar valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas para cumprimento dessa obrigação.

COMENTÁRIO
São **constitucionais** o art. 28, § 1º e o art. 30 da Lei nº 13.146/2015, que determinam que as escolas privadas ofereçam atendimento educacional adequado e inclusivo às pessoas com deficiência sem que possam cobrar valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas para cumprimento dessa obrigação. STF. Plenário. ADI 5357 MC-Referendo/DF, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 9/6/2016 (Info 829). **GABARITO: Errado**

41. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Acerca da disciplina dos bens no CC/02 e considerando a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue o item abaixo:

Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.

COMENTÁRIO
É o que dispõe, literalmente, o art. 94 do CC/02. Art. 94. Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso. **GABARITO: Certo**

42. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Acerca da disciplina dos bens no CC/02 e considerando a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue o item abaixo:

Constitui universalidade de direito o complexo de relações jurídicas, de uma pessoa, dotadas de valor econômico.

COMENTÁRIO
É o que dispõe, literalmente, o art. 91 do CC/02. Art. 91. Constitui universalidade de direito o complexo de relações jurídicas, de uma pessoa, dotadas de valor econômico. **GABARITO: Certo**

43. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Acerca da disciplina dos bens no CC/02 e considerando a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue o item abaixo:

Consideram-se bens móveis os materiais provisoriamente separados de um prédio para nele se reempregarem.

COMENTÁRIO
CC/02. Art. 81. **Não perdem o caráter de imóveis**: I - as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local; II - **os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem**. **GABARITO: Errado**

44. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Sobre bens, julgue o item abaixo:

Constitui universalidade de fato o complexo de relações jurídicas, de uma pessoa, dotadas de valor econômico.

COMENTÁRIO
Constitui **universalidade de direito** o complexo de relações jurídicas, de uma pessoa, dotadas de valor econômico (art. 91, CC). **GABARITO: Errado**

45. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Sobre bens, julgue o item abaixo:

São acessórios os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.

COMENTÁRIO
São **pertenças** os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro (art.93, CC). **GABARITO: Errado**

46. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

No que concerne à distinção nominativa atribuída aos Direitos Humanos e Fundamentais, julgue o item abaixo:

Direitos humanos fundamentais ou direitos fundamentais são aqueles assegurados dentro de um ordenamento jurídico interno, pelas autoridades político-legislativas de cada nação.

COMENTÁRIO
Direitos humanos fundamentais ou direitos fundamentais são aqueles assegurados dentro de um ordenamento jurídico interno pelas autoridades político-legislativas de cada Estado-Nação. **GABARITO: Certo**

47. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Sobre a teoria geral dos DH, julgue o item abaixo:

Norberto Bobbio é considerado o maior expoente da corrente jusnaturalista de fundamentação dos direitos humanos.

COMENTÁRIO

Quando se fala em fundamentação dos direitos humanos, busca-se a sua razão justificativa ou a sua fonte legitimadora. Trata-se de um assunto mais ligado à Filosofia do Direito do que, especificamente, ao Direito Internacional dos Direitos Humanos. Existem diversas teorias que se propõem a fundamentar os direitos humanos, sendo as principais a jusnaturalista e a positivista, havendo, ainda, a teoria negacionista.

Para a **teoria negacionista, cujo maior expoente é Norberto Bobbio**, é impossível encontrar um fundamento único ou absoluto para os direitos humanos, e isso por pelo menos três razões: 1) a expressão "direitos humanos" é muito vaga e desprovida de consenso quanto ao seu significado; 2) trata-se de uma categoria que varia conforme a sua evolução histórica; e 3) os direitos humanos formam uma categoria heterogênea. Por isso, Bobbio afirma que "o problema grave do nosso tempo, com relação aos direitos humanos, não é mais o de fundamentá-los e sim o de protegê-los".

Observem, portanto, **Bobbio não é o maior expoente da teoria jusnaturalista, e sim da teoria negacionista.**

GABARITO: Errado

48. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Sobre a teoria geral dos DH, julgue o item abaixo:

A teoria jusnaturalista de fundamentação dos direitos humanos tem o mérito de ser compatível com a ideia de mutabilidade do catálogo de direitos humanos.

COMENTÁRIO

Para a teoria jusnaturalista, o ser humano possui direitos naturais, anteriores e superiores ao Estado, sejam eles oriundos de Deus (escola de direito natural de razão divina) ou da natureza inerente do ser humano (escola de direito natural moderno).

Se os direitos humanos são naturais, anteriores e superiores ao Estado, eles teriam nascido todos de uma vez só, **o que não se compatibiliza com a ideia de que o catálogo de direitos humanos é mutável**.

Costuma-se apontar dois pontos frágeis da teoria jusnaturalista: a) não há possibilidade de comprovação empírica ou mesmo teórica dos direitos naturais; e b) há uma grande dificuldade em explicar a imutabilidade dos direitos naturais em razão da constante alteração do conteúdo de direitos essenciais ao indivíduo ao longo dos séculos.

GABARITO: Errado

49. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Sobre a teoria geral dos DH, julgue o item abaixo:

A teoria positivista de fundamentação dos direitos humanos é aceita sem maiores críticas.

COMENTÁRIO

Para a teoria positivista, não há que se falar em direito natural, anterior e superior ao Estado (como na teoria jusnaturalista), de modo que a fundamentação dos direitos humanos somente pode ser encontrada no ordenamento jurídico internacional (tratados, convenções, declarações etc.).

Entre as críticas à teoria positivista, destaca-se a seguinte: **aceita sem maiores questionamentos a não observância das normas internacionais de direitos humanos se não houver a aceitação ou incorporação da norma pela ordem interna de um Estado**.

Logo, atenção: **a teoria positivista não é totalmente aceita**, sem maiores críticas.

GABARITO: Errado

50. EXCLUSIVO @DEDICACAODELTA

Ensina Canotilho que os Direitos humanos desempenham quatro funções fundamentais: função de liberdade, função de prestação social, função de proteção diante de terceiros e função de não discriminação. Com base no exposto, julgue o item abaixo:

A função de prestação social está associada à exigência de providências estatais voltadas à proteção dos titulares de direitos humanos em face da violação perpetrada por terceiros.

COMENTÁRIO

A função de prestação social está associada aos direitos humanos cuja otimização dependa de providência positivas do Estado: saúde, educação, etc.

A **função da proteção perante terceiros** exige providências estatais voltadas à proteção dos titulares de direitos humanos em face da violação perpetrada por terceiros.

GABARITO: Errado